

Um grito silenciado: mulheres na Ditadura Civil-Militar do Brasil

A silenced scream: women in Brazil's Civil-Military Regime

INDYARA LACERDA SANTOS
Discente do curso de História (UNIPAM)
E-mail: indyralacerda@gmail.com

MARCOS ANTÔNIO CAIXETA RASSI
Professor orientador (UNIPAM)
E-mail: rassi@unipam.edu.br

Resumo: Ao se refletir sobre os acontecimentos do Regime Civil-Militar brasileiro, é necessário resgatar e demonstrar o quão expressivas foram as diversas formas de participação feminina na resistência e suas especificidades. As mulheres militantes romperam os padrões vigentes que as condicionavam ao ambiente privado, enfrentaram prisões, torturas específicas para a condição feminina e, para resistirem, criaram redes de acolhimento. Nesse sentido, neste trabalho, foram utilizados relatos de mulheres que vivenciaram o período e utilizaram as redes de acolhimento como forma de resistência, ressignificados através de uma análise do documentário longametragem “A torre das Donzelas”, de Suzanna Lira. Assim, este trabalho trata de uma pesquisa analítica, exploratória, de cunho bibliográfico e webgráfico, que faz combinações de análises de textos, artigos, livros e entrevistas acerca do tema proposto, passando por uma problematização formulada pelos autores.

Palavras-chave: Mulheres. Resistência. Militância. Ditadura Civil-Militar brasileira.

Abstract: When reflecting on the events of the Brazilian Civil-Military Regime, it is necessary to recall and demonstrate how expressive the various forms of female participation in resistance and their specificities were. The militant women broke the prevailing standards that conditioned them to the private environment, faced prisons, specific torture for the feminine condition, and, to resist, created welcoming networks. In this sense, this work used accounts of women who lived through this period and used the networks as a form of resistance, re-signified through an analysis of the feature documentary “A torre das donzelas” by Suzanna Lira. Thus, this work is an analytical, exploratory, bibliographical, and webgraphical research, which combines the analysis of texts, articles, books, and interviews about the proposed theme, going through a problematization formulated by the authors.

Keywords: Women. Resistance. Militancy. Brazilian Civil-Military Dictatorship.

“[...] sobre mulheres, ditaduras e memórias. Grandes, difíceis temas! Tratar da memória de tempos sombrios, sem se deixar ocupar pelas sombras. Tratar das ditaduras, com sua repetição, seus fascismos, sexismo, seus desejos de morte. E tratar, especificamente, da resistência a esses

fascismos, a estes tempos sombrios, a partir da fala das mulheres. Quase nunca protagonistas” (Flávia Schilling).

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985) iniciou-se com um golpe arquitetado pelos militares, que tomaram o poder do então presidente João Goulart, e contou com o apoio de parte da sociedade civil. Os militares implantaram o Regime Ditatorial com um discurso de ordem, progresso e modernização do país; apesar disso, a sociedade passou a ser oprimida e silenciada.

O governo autoritário dos militares se deu através de Atos Institucionais (AIs), que tinham função de dar legitimidade às repressões e ilegalidades que foram cometidas na Ditadura Civil-Militar. Foram promulgados diversos Atos Institucionais; o mais conhecido é o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que foi decretado durante o governo do general Arthur da Costa e Silva e é tido como o mais duro dos Atos, marcando um período de muita censura, repressão e intensificação da tortura. De acordo com Marcos Napolitano (2014, p. 74): “O principal objetivo dos Atos era o reforço legal do Poder Executivo, e particularmente da Presidência da República, dentro do sistema político”.

As mulheres, então, tomando consciência desse cenário, buscaram lutar e resistir de diversas maneiras a essas ações repressivas, buscando reconstruir a democracia do país e ter uma sociedade mais igualitária e menos excludente. É necessário ressaltar que não se pode generalizar, já que houve mulheres que eram apoiadoras dessa ditadura.

A grande maioria das opositoras estava disposta a romper paradigmas, adentrando o espaço público, que naquela época não lhes eram designados, além de enfrentar questionamentos sobre a sua feminilidade sendo chamadas de mulheres subversivas.

As mulheres militantes sofreram com a dura repressão; algumas foram presas e torturadas, outras viram pessoas queridas passarem por isso. Assim, uma forma importante de resistência encontrada pelas mulheres foi uma rede de acolhimento, solidariedade e até mesmo amizade. As trajetórias que as levaram à militância foram diversificadas, mas possuíam a mesma finalidade: a retomada da democracia.

Nessa conjuntura, em que ficaram cicatrizes imensuráveis na vida de muitas mulheres, que foram silenciadas, perseguidas, torturadas e até mortas, a busca pelo rompimento com o silêncio dessas mulheres guerreiras se faz necessária, para que existam reflexões a respeito e para que esse terrível capítulo da História não volte a se repetir.

O presente trabalho pretende resgatar a história das mulheres que atuaram contra a repressão do regime militar (1964-1985), demonstrando o quão expressivas foram as diversas formas de participação feminina na resistência. Busca também compreender as formas de resistência feminina e suas especificidades, como a sociedade vigente condicionava o papel da mulher, como era a tortura voltada especificamente para a mulher, quais eram os modos de acolhimento e resistência existentes nos grupos femininos. Além disso, analisa o documentário longa-metragem “A torre das Donzelas”, dirigido por Suzanna Lira.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A participação das mulheres na resistência à Ditadura Civil-Militar (1964-1985) foi, por muito tempo, silenciada e apagada pela historiografia. Destacava-se somente a participação do homem militante, e seus grandes enfrentamentos. De acordo com Margareth Rago (2013):

Na verdade, depois do fim da ditadura militar no Brasil, as memórias, testemunhos, as autobiografias ou os romances memorialistas que tratam da experiência da militância política em partidos de esquerda e da prisão foram, em sua maior parte, produzidos por militantes do sexo masculino, embora muitas mulheres tivessem tido uma atuação de destaque nos grupos políticos “revolucionários” e na resistência contra o regime (RAGO, 2013, p. 62).

Dessa forma, podemos observar a pouca relevância que a historiografia atribui à atuação feminina no combate à repressão ditatorial.

Ao analisarmos a história das mulheres, podemos ver que existia uma grande invisibilidade, já que havia uma hierarquia, o homem estava sempre acima da mulher. De acordo com Colling (2004, p. 31), “Os historiadores fizeram a historiografia do silêncio. A História transformou-se em relato que esqueceu as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, fora do acontecimento”.

Assim, a mulher estava condicionada ao ambiente privado, tendo uma natureza feminina com atribuições relacionadas ao lar, matrimônio e filhos. E ao adentrar o ambiente político, tornando-se militante e se opondo à repressão ditatorial, ela rompia com os padrões estabelecidos, não era vista como sujeito histórico e era omitida dos jogos de poder.

Em vista de tais fatos, busca-se fazer um levantamento das principais obras que evidenciam a participação das mulheres na luta contra a Ditadura Civil-Militar, de maneira cronológica, ressaltando as contribuições para a história feminina e a importância da atuação das mulheres nesse contexto.

Nesse sentido, a obra memorialística de autoria de Pedro Celso Cavalcanti e Jovelino Ramos, denominada *Memórias do Exílio - 1964-19??*, foi escrita ainda no período da Ditadura Civil-Militar e foi uma das primeiras a colocar o relato de mulheres. Fez parte de um projeto que pretendia reunir o máximo de memórias, relatos e testemunhos de brasileiros que foram exilados, além de fazer denúncias sobre a repressão sofrida.

Essa obra traz grandes contribuições por trazer relatos detalhados vistos pela perspectiva do militante exilado. Nesses relatos destaca-se que a figura do homem era predominante e havia o relato de apenas quatro mulheres que trazem vivências de sua luta política, rompendo com os ideais de que mulheres teriam espaço no âmbito privado de sua casa e funções maternais.

Dando sequência ao projeto, é publicado “Memórias das mulheres no exílio”, 1980, uma obra coletiva de Albertina Costa, Valentina Lima, Maria Moraes e Norma Marzola, sendo a primeira obra com relatos exclusivos de mulheres.

Dessa forma, a obra apresenta quarenta e seis depoimentos, observando a perspectiva das mulheres desde o que vivenciaram no período ditatorial até o exílio. As autoras buscam reconstituir a memória por meio de depoimentos, levando em conta os aspectos políticos e entrelaçando-os com vivências pessoais:

As mulheres, como todos aqueles que nunca foram reconhecidos pela historiografia, não têm a sua história registrada. Disso decorre que o arrolar dos testemunhos do presente sobre o presente, das histórias de vida, da tradição oral, seja um esforço de reconstituição, assim como uma tentativa de dar livre curso à nossa imaginação e à nossa criatividade, de dar instrumentos para o domínio do futuro. E porque a dominação de qualquer grupo oprimido passa pela apropriação da sua História, em busca de sua identidade social, mais uma razão para um livro só de mulheres, sem ser um livro só sobre mulheres ou só para mulheres (COSTA *et al.*, 1980, p. 17-18).

Assim, observamos que essas mulheres não se sentiam incluídas e buscavam, por meio dos registros de testemunhos, serem identificadas, além de buscar se livrar das amarras da opressão, fazendo denúncias contra o regime ditatorial.

No início dos anos 1990, começam a surgir as primeiras obras e debates acerca da participação feminina no contexto da ditadura, bem como sua resistência à luta armada e a repressão.

Marcelo Ridenti (1990) publicou, em 1990, o artigo “As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo”, em que mostrava a participação feminina na resistência à ditadura, focalizando a luta armada. O autor apresenta dados estatísticos que foram retirados do Projeto Brasil: nunca mais (BNM), Ridenti (1990) mostra que cerca de 18% das mulheres colaboraram com a luta armada, ou seja, a atuação das mulheres era bastante expressiva e não foi de forma alguma insignificante.

Em 1996, surge a primeira obra acadêmica publicada que trazia como objeto principal a mulher na Ditadura Civil-Militar brasileira, de autoria de Elisabeth Ferreira e tinha como base a antropologia, a obra “Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência”.

No livro, nota-se um empenho no desenvolvimento de uma memória social que abrange os anos da Ditadura Civil-Militar no Brasil, com base em treze relatos de expressas políticas que tiveram experiências desde a entrada na luta política, a clandestinidade, a tortura e prisão até a seu retorno à vida em sociedade. Adentrando as discussões de gênero, a autora problematiza o espaço atribuído às mulheres. De acordo com Ferreira (1996, p. 153):

Na realidade, as regras rígidas que disciplinavam a conduta dos militantes afetavam a todos, mas afetavam

mais às mulheres, que tinham que superar certas limitações impostas pelo repertório de seu papel de gênero - e que diziam respeito à posição que elas ocupavam anteriormente na sociedade - para se adaptarem à nova realidade.

Em 1997, Ana Maria Colling publicou “A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil”, tendo como base a história e se tornando a primeira obra nessa área. Colling faz um levantamento desse período através de entrevistas e vai cruzando essas fontes e reconstruindo informações sobre a contribuição das mulheres na resistência. Segundo Colling (1997, p. 3),

[...] a relação entre mulher e política tem sido tema de tabu na sociedade brasileira. O lugar do homem é no comando do mundo político, à mulher resta o privado, onde muitas vezes os homens também comandam. Invadir o espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres, ao se engajarem em organizações de esquerda, clandestinas, para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar. Ousaram participar da política, espaço que marca a diferença e a exclusão.

Dessa maneira, a autora leva em conta a maneira como a mulher estava inserida na sociedade do período, assumindo a condição de subversiva ao se associar com organizações. Por ser um trabalho no campo da História, Colling tem uma abordagem mais aprofundada e desenvolve suas ideias a partir do cruzamento de fontes.

Nos anos 2000, ocorreram diversos avanços nos estudos e publicações acerca da atuação da mulher na resistência. Dentre esses estudos, muitos foram publicados como artigos, teses e dissertações, sendo que alguns, posteriormente, transformados em livros.

A tese “Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)”, de Olívia Joffily, foi defendida em 2005 e traz treze relatos de mulheres que atuaram e apoiaram a luta contra a ditadura militar. Joffily faz ponderações importantes no que concerne ao conceito da palavra resistência, indicando o quanto essa palavra pode ser ampla e utilizada em vários contextos.

O livro “Luta, substantivo feminino – mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura”, de Tatiana Merlino e Igor Ojeda, foi publicado em 2010, tem como foco a mulher e é o terceiro livro do relatório Direito à memória e à verdade. Nele se apresentam quarenta e cinco mulheres brasileiras que estiveram na resistência contra a ditadura e também se apresenta o testemunho de vinte e sete mulheres que sobreviveram a torturas.

No ano de 2012, um grupo de psicólogas sociais, Ingrid Gianardoli-Nascimento, Zeidi Trindade e Maria Santos, lança o livro “Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar”, em que partem da psicologia para construir o perfil de mulheres que adentraram o movimento estudantil.

É importante destacar a interdisciplinaridade que essas autoras fazem, abordando, por meio de reflexões psicológicas, a identidade e até mesmo o contexto histórico em que as mulheres estão inseridas.

A obra “A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade”, da historiadora Margareth Rago, é um clássico sobre a temática da mulher na ditadura, publicado recentemente, no ano de 2013. Rago traz importantes contribuições para a temática, através dos relatos de mulheres, utilizando suas rupturas, subjetividades, situações cotidianas e o feminismo.

Nesse livro, a autora perpassa pela trajetória de sete mulheres e vai traçando suas semelhanças por terem vivenciado o período ditatorial, mostrando a maneira como essas mulheres resistiram ao ocupar espaços públicos – partidos, organizações e movimentos políticos. Ela utiliza como fonte relatos autobiográficos e entrevistas conduzidas por ela mesma.

No ano de 2014, Susel Oliveira da Rosa lança o livro “Mulheres, Ditaduras e Memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante”. Reproduzindo uma frase de Michel Foucault, a autora faz uma análise por meio de depoimentos, relacionando as experiências individuais com os movimentos coletivos daquela conjuntura, buscando colocar as mulheres militantes como centro de sua análise. A principal fundamentação teórica da autora é Michel Foucault – a obra “O Anti-Édipo”, de Deleuze e Guattari, em que Foucault escreve o prefácio sintetizando como pensar em uma vida não fascista.

Uma obra mais recente, publicada no ano de 2021, denominada “Torre das Guerreiras e outras memórias”, de Ana Maria Ramos Estevão, conta com o prefácio da ex-presidente Dilma Rousseff. A obra reúne lembranças vívidas da autora e de suas colegas de cela, além de contar com ilustrações e fotografias que mostram esses momentos marcantes. As obras até aqui citadas foram fundamentais para a assimilação de como se deu a participação das mulheres na luta e resistência à ditadura.

2.1 AS FORMAS DE RESISTÊNCIA FEMININA E SUAS ESPECIFICIDADES

Durante o período da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), várias mulheres decidiram enfrentar o sistema de opressão vigente, objetivando derrubá-lo, para assim, construir uma sociedade democrática e mais igualitária.

Essa resistência se dava de maneira oposta às regras que a sociedade determina para a condição da mulher – feminina e maternal – seguir por esse caminho seria ir cada vez mais longe desse modelo imposto.

As mulheres militantes, dentro das organizações clandestinas, viam-se tendo que provar que estavam aptas para determinadas tarefas que terceiros julgavam ser predominantemente masculinas. A militância trazia consequências devastadoras, como prisão, torturas psicológicas e torturas físicas. As teias de resistibilidades eram importantes formas de resistência nas quais existiam acolhimento e solidariedade mútuos.

2.2 AS MULHERES “SUBVERSIVAS”

Em meio à resistência contra a opressão da Ditadura Civil-Militar, houve também um rompimento de paradigmas: as mulheres começaram a lutar contra a imposição dos padrões sociais vigentes. Naquela época, o papel social feminino era se dedicar ao ambiente privado – espaço doméstico – cuidando da casa, dos filhos e do marido. Já o papel social masculino era o do ambiente público – tendo uma posição de tomada de decisões.

Segundo Ridenti (1990, p. 114), a participação das mulheres na luta contra o período ditatorial demonstra “[...] a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino”, ou seja, as transformações dos padrões sociais estavam em andamento, mesmo que lentamente.

Ao ultrapassarem as barreiras do espaço privado e se inserirem na luta contra o autoritarismo da ditadura, as mulheres militantes se deparam com outros obstáculos: a sociedade e a repressão, que passaram a estigmatizá-las como “mulheres subversivas”, isto é, elas haviam entrado em um espaço que não lhes pertencia e foram julgadas por isso. Dentro desse conceito havia duas divisões: de um lado a prostituta, a aspiração masculina, e de outro a comunista, a divergente política.

Aos olhos da repressão as mulheres não tinham capacidade intelectual para a tomada de decisões políticas. Se elas entram para esse mundo público, é certo que um homem está guiando sua participação, já que sua figura sempre estará conectada a do homem, seu pai, irmão, marido, filho – a quem ela está acompanhando. O simples fato de ser mulher faz com que ela se torne sem autonomia para suas decisões.

Além disso, os próprios partidos de esquerda não davam visibilidade às mulheres militantes, a elas designando funções de cuidado, cuidar do jantar, da lavagem de roupas, dos locais usados para reuniões ou esconderijos - denominados de aparelhos – atribuindo isso sempre à figura feminina.

Havia, também, uma espécie de norma que fazia com que a mulher passasse por transformações para se encaixar; é como destaca Rosa (2013, p. 43): “[...] a dessexualização da militante, que deveria transformar-se apenas em militante – sujeito universal masculino”. E ainda ser muito discreta, ter organização com horários, melhor dizendo, ser meticulosa, disciplinada e invisível, já que todos eram militantes independentemente do sexo biológico.

2.3 AS MULHERES MILITANTES, PRESAS E TORTURADAS

As trajetórias que levaram as mulheres a entrarem na resistência (grupos clandestinos, movimentos estudantis, sindicais e religiosos) se deram de modos diversos e por várias razões, sendo que nenhum destes podem ser generalizantes. Algumas dessas mulheres tiveram o primeiro contato com a militância por meio dos movimentos estudantis ao iniciarem seus estudos universitários, outras entraram no movimento por meio de grupos religiosos dos quais faziam parte.

Ao tornarem-se militantes, ou seja, ao enfrentarem a tirania que a ditadura representava, essas mulheres, atuando contra os padrões vigentes – que acreditavam

que elas não tinham capacidade de decidir – adentraram o movimento por convicções políticas em prol de uma nação democrática. Assim, a militância caracterizava uma mudança profunda no modo de vida. Havia, no entanto, implicações como o constante perigo de serem presas, torturadas e até mesmo terem que viver na clandestinidade.

O aprisionamento e a tortura tinham aspectos específicos voltados para a condição feminina. Já que para o imaginário social e para a repressão, as militantes estavam desviando dos padrões e se tornando subversivas.

Logo após a prisão das mulheres, elas seriam interrogadas e até mesmo torturadas pelos agentes da repressão em busca de informações sobre a localização e os nomes de outros militantes, sobre planos e projetos das organizações clandestinas para a resistência. Esses interrogatórios eram marcadamente violentos, utilizando-se de torturas físicas e psicológicas, tendo como base técnicas e treinamentos norte-americanos.

Nesse contexto, havia uma tortura específica voltada para a condição feminina, promovendo sua descaracterização identitária, física e psíquica. Após serem presas, as mulheres ficavam à disposição do sistema repressivo, bem como de seus agentes – torturadores que as submetiam a diversas formas de torturas que incluíam xingamentos, abusos sexuais e choques elétricos com o corpo molhado.

As relações de poder entre os agentes da repressão – vulgo torturadores – e as mulheres militantes eram fundamentadas por diferentes tipos de violência, principalmente as de cunho sexual, visto que esses agentes em sua maioria eram do sexo masculino.

Os torturadores utilizavam a questão da sexualidade para inferiorizar, humilhar e aterrorizar as mulheres presas. Esses agentes mandavam que elas ficassem nuas, invadindo seu espaço íntimo, deixando-as fragilizadas. É como descreve Nilce, em testemunho registrado no livro de Rosa (2013, p. 61): “Você despida, mas não é só a roupa, eles vão tirando tua pele, vão falando coisas horríveis... é como se nada sobrasse”.

Além disso, as mulheres, ao serem presas, passavam por torturas voltadas para sua condição feminina; os agentes atacavam seu sistema reprodutivo. Seria por punição, já que elas desviaram às normas vigentes? Nilce descreve o horror vivido, o que está registrado no livro de Rosa (2013, p. 61):

Conheci o terror da dor física, quase insuportável, e a dor de alma diante daquele horror que eu jamais imaginaria que pudesse existir, embora já tivesse lido sobre relatos de torturas. Eram pontapés na cabeça e choques por todo o corpo. Minha indignação cresceu violentamente quando resolveram queimar minha vagina e meu útero. Enfiaram os fios e deram muitos choques. A dor, raiva, ódio, misturados com um sentimento de impotência, criavam-me um quadro assustador. E eu seguia muda.

A sensação da devastação física e mental ocasionada pela tortura é demonstrada por Nilce em sua frase final “E eu seguia muda”.

Havia diversas modalidades de torturas. Uma delas é a tortura psicológica, em que usavam a culpa da vítima e seus vínculos familiares, fazendo-a acreditar que iriam

torturar seus familiares, se não obtivessem as informações desejadas. Gilse Cosenza vivenciou esse terror psicológico voltado para sua condição materna e narrou isso em testemunho na tese de Joffily (2005, p. 136): “Passou um período em que, às vezes, me pegavam e levavam para interrogatório e não encostavam a mão em mim. Não me torturavam. Apenas passavam horas me descrevendo em detalhes o que iam fazer com a minha filha (de quatro meses) na hora que a pegassem [...]”.

Nem mesmo as mulheres grávidas eram poupadas da tortura. Os agentes da repressão usavam a condição de gestante para torturá-las severamente, ameaçando induzir o aborto. Criméia de Almeida faz um relato intenso nesse sentido, o que está registrado na tese de Joffily (2005, p. 137):

Eu fui presa duas vezes. Quando ainda não era mãe, e grávida. E nos dois casos, eles usaram muito o fato da gente ser mulher. Para nós, é muito mais chocante ouvir certos palavrões, ver certas cenas. E eles usam muito isso. Depois, eu fui presa quando estava grávida. Meu companheiro estava foragido. E, realmente, a gravidez é só da mulher mesmo. Quem estava com o filho no útero era eu. E isso foi usado. Ameaçavam matar meu filho, provocar aborto etc. Então, eles diziam que eu era uma mãe desnaturada, que foi fazer política e podia ter dado melhores condições para meu filho.

O aparato burocrático repressivo, usufruindo de sua dominação frente ao gênero feminino, atacava ferozmente as mulheres, intimidando-as e desqualificando-as da pior maneira possível, com ofensas de que eram “putas”. Para Joffily (2005, p. 131):

Encontra-se, entre os clichês veiculados pelos torturadores, todo um arsenal disponível no imaginário social para estigmatizar o gênero feminino, ou seja, a puta, que se vende por dinheiro, a mulher fria e insensível, a mãe desnaturada. Pelo uso destes 'clichês' pejorativos, num jogo de opostos, percebe-se que o papel que atribuem à mulher 'não-desviante', ou seja, o de doçura, de procriação, de sensibilidade, de beleza, de fragilidade.

A clandestinidade tornava-se um meio de sobrevivência às ações arbitrárias que o Estado repressivo promovia aos opositores do regime, que, apesar disso, continuavam combatendo o Regime Militar. É como destacam Merlino e Ojeda (2010, p. 29):

Os militantes que ficaram no Brasil durante a vigência da ditadura civil-militar tornaram-se, quase todos, clandestinos políticos, única possibilidade de prosseguir a luta de resistência. Abandonaram a casa paterna, seus nomes de família, seu emprego e profissão, seus documentos de identidade, e fizeram-se anônimos, sem sobrenome, sem explicar para os filhos, crianças ainda, o

que realmente faziam. Eram homens reservados e mulheres discretas. As relações entre os familiares e os amigos ficaram entrecortadas, esparsas, feitas de silêncios. Muitos souberam, tempos depois, do falecimento de seus próprios pais; outros receberam, meses depois, notícias sombrias de amigos e conhecidos. Esse anonimato desconcertante, e um jeito evasivo de ser, foi passando para os filhos, e certamente ficou inscrito como uma sensação indizível e, por isso, tornada inesquecível. A clandestinidade escolhida como forma de sobrevivência dentro do país foi, no princípio, uma defesa para o militante, mas, como um bumerangue, tornou-se um ponto vulnerável: a repressão aproveitou o anonimato dos militantes capturados, com seus nomes frios e identidades fabricadas, para negar, às famílias e aos advogados, o verdadeiro nome do preso. Dessa forma, eliminou-os, enterrou-os, fê-los desaparecer com nomes frios, como indigentes, nenhum nome [...].

A condição de clandestino era sinônimo de uma vida dura, em que as questões identitárias eram desafiadoras; os militantes clandestinos trocavam constantemente de nome, endereço, profissão e até mesmo o modo de se vestir, além de se distanciarem do convívio da família, dos amigos e conhecidos. De acordo com Joffily (2005, p. 116):

Viviam um exílio interno, durante muitos anos. Longe de tudo e de todos, dentro de seu próprio país. Abriram mão de tudo, em benefício do objetivo de combater os militares e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Nota-se que a clandestinidade era sinônimo de solidão, uma vez que os militantes tinham que abandonar o contato com os conhecidos e até mesmo com a família, tendo que enfrentar sozinhos os grandes desafios do período, em prol de uma sociedade democrática.

2.4 AS TEIAS DE RESISTIBILIDADES

A resistência das mulheres à repressão estava presente, inclusive, em uma espécie de rede de acolhimento, solidariedade e resiliência. Havia uma mobilização de afetividade e solidariedade dentro dos grupos femininos, tornando-se uma importante tática de resistir e sobreviver às arbitrariedades da Ditadura Civil-Militar.

A solidariedade dos amigos, da família ou dos vizinhos fez com que os militantes suportassem todas as condições desumanas que os agentes da Ditadura as condicionaram. No entanto, é necessário pontuar que nem todas as relações eram pautadas nessa rede solidária; existiam também embates e discordâncias entre as mulheres, já que havia uma diversidade de opiniões e costumes, além de ideologias diferentes. É como mostra Eleonora Menicucci, em relato na tese de doutorado de Joffily (2005, p. 19):

[...] a minha convivência com as mulheres nos presídios foi maravilhosa, mas teve de tudo: ódio, briga. Bobagem dizer que foi um mar de rosas, tinha divergências, conflitos. Tinha uma coisa no presídio das mulheres e dos homens que era de inominável, de violência: antes de adentrar a torre, que era o presídio onde nós ficávamos, tinha duas celas embaixo, nas quais todas que chegavam ficavam um mês (em estágio) probatório, para ver se você tinha ética, se abriu, não abriu, dava um período probatório para ver. Isso era de uma perversidade enorme. Mas isso era uma forma de se proteger, tem os dois lados. Depois tinham as greves de fome, teve as que fizeram, as que não fizeram, eu fiz uma, não fiz outra, porque a gente avaliou que politicamente era equivocada a greve. Mas existia também uma solidariedade muito grande entre nós, e também aquelas por quem você tinha mais ou menos afeto. Falo isso com os olhos de hoje. Essas coisas precisam ser ditas, mas foi um período muito rico, eu não seria hoje o que eu sou se não tivesse passado por isso.

Observamos, assim, que, mesmo havendo essas discordâncias, a solidariedade continuava sendo um importante meio de sobrevivência e continuidade para a resistência, além de ser um suporte emocional às cicatrizes da alma.

2.5 A TORRE DAS DONZELAS

O próprio nome já remete a um cenário de conto de fadas, em que donzelas indefesas estavam à espera de um príncipe encantado que viesse salvá-las, assim como a sociedade projetava a mulher, doce, delicada e, acima de tudo, que servisse ao ambiente privado, ou melhor, ao lar. Apesar da conotação do nome, Torre das Donzelas foi uma ala feminina do Presídio de Tiradentes, em São Paulo, que as “donzelas”, ou melhor, as mulheres que insurgiram contra o Regime Militar foram aprisionadas.

O Presídio de Tiradentes possui em seu histórico uma longa trajetória de autoritarismos e correção de transgressores dos padrões vigentes, ou seja, foi destino de pessoas que se opunham ao governo, como foi o caso do Estado Novo de Getúlio Vargas e também da Ditadura Civil-Militar. Foi demolido em 1973, com o pretexto de que suas dependências estavam comprometidas e insalubres. Mantiveram apenas o arco de sua entrada, que foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, de São Paulo.

Susanna Lira, inspirada nessa ala feminina, e buscando reconstruir a memória das mulheres que passaram pelo aprisionamento, pelas torturas e até mesmo acolhidas neste local durante o período da Ditadura Civil-Militar, dirige um documentário de nome “Torre das Donzelas”, lançado em 2018.

De maneira surpreendente, as cenas da produção de Susanna trazem uma riqueza de relatos que são narrados pelas próprias mulheres; apesar da ausência física e

estrutural de um local, esses relatos contribuem para que tudo seja reconstruído cenograficamente através de memórias e experiências. Tal reestruturação espacial promove uma rememoração que perpassa o espaço físico, sentimental e até mesmo corporal, fazendo surgir desde angústias a vínculos de solidariedade como forma de resistir, isto é, um turbilhão de emoções. Para Fischer e Vaz (2022, p. 10):

As mulheres se apropriam do cenário e tomam a tela. São elas que iniciam o filme, delineando uma espécie de planta arquitetônica da torre das donzelas, a escada operando como um elemento de destaque nas linhas que se desenham na lousa. Enquanto esboçam e comentam seus traçados, linhas e palavras se justapõem numa espécie de rememoração e subjetivação – vê-se, por exemplo, que cada desenho da escada ganha formas próprias. A escadaria infere significados sensíveis a partir da experiência peculiar que cada personagem constrói com os degraus, configuradores de elos entre a torre e o espaço exterior, pontes para entradas e saídas. Lira, obviamente, poderia consultar documentos antigos e simplesmente reconstituir a escada imageticamente; ao optar por trazer à tona as memórias sobre a escadaria, entretanto, confere visibilidade aos processos de apropriação sensível do lugar edificado – em tijolos de argila e de memória. Não mais mera estrutura de cimento inerte, mas estado presente de sensibilidade.

As mulheres vão representando por meio de desenhos em quadro de giz suas memórias da estrutura do local e relatando suas vivências no local. A produtora Lira articula as cenas com muita sensibilidade, dando a visibilidade que as “personagens” levaram tantos anos para adquirir.

Assim, o documentário mostra a principal forma de resistência feminina: a amizade, com a articulação de um ambiente mais propício e digno de ser habitável. Essas mulheres desenvolveram uma rotina e vínculos de sociabilidade, isto é, uma teia de resistibilidade, para que conseguissem resistir às arbitrariedades sofridas. Em depoimento no documentário *Torre das Donzelas* (2018, 45:15), Nair Benedicto e Telinha Pimenta demonstram esse desenvolvimento de um ambiente acolhedor:

Quando a gente foi pra torre a gente encontrou uma sala absolutamente fétida, imediatamente a primeira coisa que a gente fez foi pedir água, balde e lavar aquilo tudo e tal, porque realmente era insuportável.

No documentário, a ex-presidente Dilma Rousseff, que esteve aprisionada na torre, rememora a importância dos laços de sociabilidade em depoimento:

Eu percebi que eu ia ter saudades delas também. Que um lado era liberdade, mas, por outro lado, também eu tava

perdendo muita coisa, que era esse convívio [...] tem relações afetivas que você tem que você herda, que você escolheu. São relações eletivas, que você elegeu e que a vida te deu. É que nem sua família, elas fazem parte da minha família.

As teias de resistibilidade tiveram significâncias imensuráveis para que essas guerreiras pudessem sobreviver ao cárcere, que as impunham condições inimagináveis que ferem todos os direitos humanos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou resgatar e destacar a história das mulheres que atuaram ativamente contra a repressão, além de demonstrar o quão expressivas foram as diversas formas da resistência feminina na Ditadura Civil-Militar, compreendendo suas especificidades a partir de memórias coletivas de mulheres que vivenciaram o período.

A trajetória das mulheres foi evidenciada através de depoimentos que demonstram o rompimento das regras sociais que ditavam que elas pertenceriam ao ambiente privado, a participação em movimentos de militância em busca de democracia, o terror vivido em sessões de tortura, a condição de clandestinidade como modo de sobreviver às arbitrariedades ditatoriais, além das redes de solidariedade como forma de resistir e apoiar umas as outras.

É de fundamental importância que as histórias de atuação feminina da Ditadura Civil-Militar – assim chamada por causa de o golpe ter sido articulado pelas Forças Armadas, com o apoio de parte da sociedade civil – sejam rememoradas, lembradas e ressignificadas, para que, desse modo, não caiam no esquecimento, tendo suas protagonistas a oportunidade de relatar o que vivenciaram em meio a essa resistência pela democracia.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, C. U.; RAMOS, J. **Memórias do exílio - 1964-19??**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COLLING, A. M. Gênero e História: um diálogo possível?. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí - RS, v. 19, n. 71-72, p. 29-43, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2004.71-72.29-43>. Acesso: 14 maio 2022.

COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

COSTA, A. de O. *et al.* **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ESTEVÃO, A. M. R. **Torre das Guerreiras e outras memórias**. São Paulo: Editora 106, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

FERREIRA, E. F. X. **Mulheres, militância e memória**: histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FISCHER, S.; VAZ, A. Paisagens anestésicas, espaços estésicos, convívios afetivos: Torre das Donzelas. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 7-15, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2022.194703>.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F.; TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. de F. de S. **Mulheres e militância**: encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

JOFFILY, O. R. **Esperança Equilibrada**: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/3337>.

LIRA, S. **Torre das donzelas**. 2018. Brasil. Documentário. Dur. 97min.

MERLINO, T.; OJEDA, I. (Orgs.). **Direito à memória e à verdade**: luta, substantivo feminino Tatiana Merlino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

NAPOLITANO, M. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

RAGO, L. M. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. DGO-Digital original, SciELO - Editora da Unicamp, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788526814691>. Acesso em: 10 maio 2022.

ROSA, S. O. da. **Mulheres, ditadura e memórias**: não imagine que precisa ser triste para ser militante. São Paulo: Intermeios, 2013.

RIDENTI, M. S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v2i2.84806>.

TOMAZONI, L. A mulher na Ditadura Militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina. **Cadernos da Escola de Direito**, Curitiba, v. 3, n. 26, p. 56-65, jul. 2015. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3011>.